

4468 PF detém quatro sindicalistas em Aracruz

Pessoal detido pertence a 2 sindicatos e prestou depoimento ontem em Cariacica

A Polícia Federal (PF) deteve ontem quatro sindicalistas que apoiavam a ocupação de terras pertencentes à Aracruz Celulose, iniciada por índios tupiniquins e guaranis em Aracruz, no Norte do Espírito Santo, há 10 dias. Eles foram parados em uma das barreiras da PF, que impede o acesso à reserva e à área disputada desde a quarta-feira (18), quando 50 policiais federais retiraram do local invadido todas as pessoas que não pertenciam às aldeias.

Os diretores do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação João Maria da Conceição, Nilson Alves Malaquias e Francisco Ribeiro de Paula e o diretor do Sindicato dos Vigilantes Márcio Antônio Barbosa de Souza prestaram depoimento na Superintendência da PF, em Cariacica, região metropolitana da Grande Vitória. Os três primeiros contaram ter sido chamados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) para apoiar os índios e Barbosa afirmou ter se engajado de livre vontade. A assessoria de comunicação da PF informou que, apesar da tomada de depoimentos, por enquanto não foi montado inquérito policial para apurar o apoio que os índios estão recebendo para expandir sua reserva.

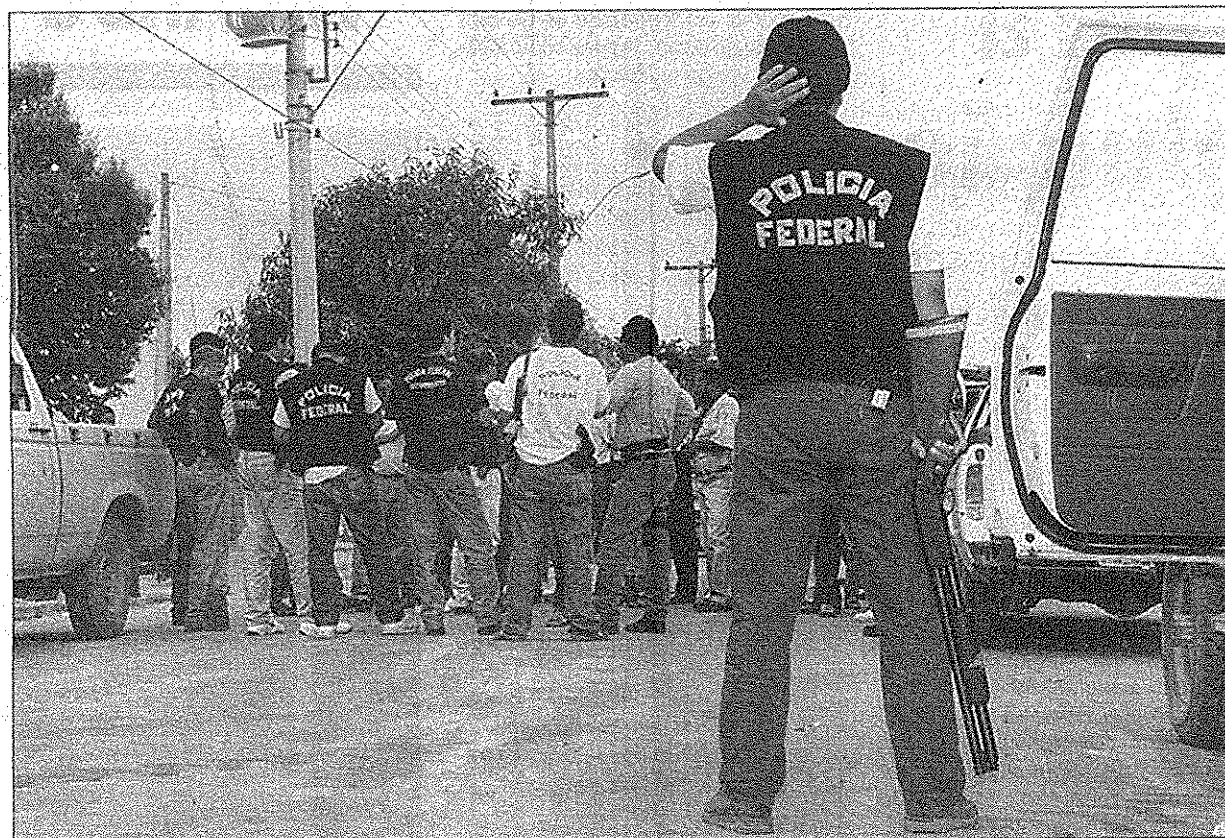
POLÍCIA FEDERAL – O cerco nas aldeias indígenas de Pau Brasil e Caieiras Velha, em Aracruz, foi rompido ontem pela primeira vez, com a entrada de um grupo de apoio aos índios – entre religiosos e políticos –, que depois de muita negociação foi autorizado pela superintendência da Polícia Federal a levar alimentos para as comunidades. A estrada que dá acesso às aldeias está desde quarta-feira sendo vigiada por policiais federais. Só está sendo permitida a entrada de pessoas autorizadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) ou PF.

No início da tarde, o grupo de apoio se concentrou num posto de gasolina em Coqueiral de Aracruz. A idéia era furar o cerco dos policiais. Entre os presentes estavam deputados do PT, membros da Comissão de Defesa de Direitos Humanos, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica. O secretário de Estado de Cidadania e Justiça (Sejuc), Perly Cipriano, que representa o Governo Estadual no caso, não compareceu.

Na entrada das aldeias, havia cerca de 18 policiais. Armados com escopetas e metralhadoras, eles impediram a entrada do grupo. A discussão entre as duas partes começou e alguns índios da aldeia Pau Brasil se manifestaram. “Se não permitirem a entrada do pessoal que nos apóia, não vamos a Brasília negociar”, ameaçou o vice-cacique Antônio Carlos dos Santos, o “Sinhozinho”. Ele reclamou também do isolamento nas aldeias e da falta de comunicação. “Nossos rádios foram grampeados e os telefones, cortados”, garantiu.

Depois de quase uma hora de conversa e sem qualquer representante da Funai por perto para autorizar a entrada na área, os deputados e religiosos conseguiram a permissão do superintendente da PF, Renato Porciúncula, para levar os alimentos. “Ele afirmou que se for uma manifestação pacífica, não há problema”, disse um dos policiais. Oito carros entram na reserva.

Os caciques das aldeias (incluindo os de Irajá, Boa Esperança e Três Palmeiras) se reuniram com a comissão em Caieiras Velha, onde foi apresentado o apoio dos movimentos em defesa dos Direitos Humanos à causa indígena. A detenção do missionário Winfridus Overbeek também foi criticada pelos religiosos que estavam no local.



Sérgio Cardoso

AÇÃO

A Polícia Federal mantém bloqueio para impedir acesso à aldeia indígena em Caieiras Velhas, em Aracruz

Comissão de caciques do Espírito Santo deve ir hoje para Brasília

Uma comissão de caciques das aldeias de Pau Brasil e Caieiras Velha deve seguir hoje para Brasília, onde será realizada, na segunda-feira, uma audiência com o ministro da Justiça Íris Rezende e uma reunião com dirigentes da Aracruz Celulose. A informação foi passada pelo diretor de Assuntos Fundiários da Fundação Nacional do Índio (Funai), Áureo Faleiro, e confirmada por membros do Conselho Missionário Indigenista (Cimi).

De acordo com Faleiro, o contato com o Ministério da Justiça e Aracruz Celulose foi feito ontem. O compromisso de levar os índios a Brasília foi firmado pela Funai, na

quarta-feira à noite, sob condição de que a autodemarcação fosse suspensa. Além dos caciques, o advogado do Cimi Luiz Chaves também acompanhará a comissão.

Da Aracruz Celulose está confirmada a presença do vice-presidente da empresa Carlos Aguiar, do gerente de Meio-Ambiente Carlos Alberto Roxo e do gerente jurídico José Luiz Braga, segundo informou a assessoria de imprensa da empresa. O presidente Erling Loentzen não poderá comparecer.

Enquanto a reunião não acontecer, estará suspensa a autodemarcação, de acordo com o cacique de Boa Esperança, Antônio Carvalho.

Ele ressalva que a ocupação poderá voltar a ser feita, dependendo do resultado da ida a Brasília. Na viagem, os índios contestarão a decisão do Ministro em ampliar 2.571 hectares da reserva – contra os 13.579 solicitados.

Para isso, eles irão se basear em estudos feitos pela Funai que constatarem que a área tem potencialidades econômicas. A Aracruz Celulose, por sua vez, propõe a cessão da área ampliada pelo ministro e um projeto de assistência às comunidades. Os índios chegaram a reduzir o pedido de ampliação para 7 mil hectares, além do projeto. O impasse será discutido na Capital Federal.

Conselho quer evitar expulsão de missionário

O Conselho Missionário Indigenista (Cimi) pretende contestar na Polícia Federal o auto de infração emitido na quarta-feira contra o missionário holandês Winfridus Overbeek, determinando sua saída do Brasil em uma semana. Overbeek está em Vitória, mas não revela em que bairro. Por telefone, ele afirmou ontem que não dará declarações à imprensa.

De acordo com o advogado do Cimi que cuida do caso, Gilberto Alves dos Santos, o holandês foi orientado a não se pronunciar mais. “Tudo o que ele disser pode ser usado contra ele e encarado pela PF como intromissão nos assuntos nacionais”, justificou. Ele disse ainda que quer evitar mais constrangimentos ao missionário, principalmente por ele não estar em seu país de origem.

Santos tem a intenção de entrar com um pedido de impugnação do auto de infração emitido contra Overbeek, e já está preparando sua argumentação, que será apresentada à Superintendência da PF. Para dar entrada na ação, ele explica que está se baseando no artigo 137 do decreto 86715/81 da Constituição, que permite o direito de impugnação num prazo de cinco dias.

O advogado explica que se a PF não aceitar a revisão do auto que determina a saída do holandês do país, uma ação será impetrada na Justiça Federal. “Ainda estamos estudando qual ação seria essa”, diz Santos. Ele afirma ter convicção de que a situação de Overbeek será revertida, mas admitiu entrar com **habeas-corpus** no Supremo Tribunal Federal, caso as outras ações não sejam bem-sucedidas. “Se as medidas preliminares não funcionarem, essa é uma hipótese”.

Santos lembrou que a detenção foi arbitrária e feita sem base em leis. “Ele estava em seu local de moradia e seu visto está em dia. Foi uma atitude política”, ressaltou o advogado.